

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

RAPHAEL YURI DA CRUZ MARTINS

TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):  
UMA QUESTÃO POLÍTICA

GOIÂNIA  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a) (es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### **1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)**

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Raphael Yuri da Cruz Martins

Título do trabalho: Trajetória e desafios da educação de jovens e adultos (EJA): uma questão política

### **2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)** **Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>**

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### **Casos de embargo:**

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**

---



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL YURI DA CRUZ MARTINS, Discente**, em 09/11/2021, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 10/11/2021, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2474085** e o código CRC **EF5401EB**.

---

Referência: Processo nº 23070.056808/2021-56

SEI nº 2474085

RAPHAEL YURI DA CRUZ MARTINS

TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):  
UMA QUESTÃO POLÍTICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima

**Coorientador:** Fernando Wagner da Costa

GOIÂNIA  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Martins, Raphael Yuri da Cruz  
Trajetória e desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA): Uma questão política [manuscrito] / Raphael Yuri da Cruz Martins. - 2021. 72 f.

Orientador: Profa. Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima; co orientador Fernando Wagner da Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Políticas Públicas. 3. Trajetória. 4. Desafios. I. Lima, Daniela da Costa Britto Pereira, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos oito dias do mês de novembro do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Trajetória e desafios da educação de jovens e adultos (EJA): uma questão política", de autoria de Raphael Yuri da Cruz Martins, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Dra. Daniela da Costa Britto Pereira Lima – orientadora (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Dra. Sheila Santos de Oliveira (FE/UFG) e Mestrando Fernando Wagner Costa - coorientador (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0 (nove), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sheila Santos De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 08/11/2021, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Professora do Magistério Superior**, em 08/11/2021, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO WAGNER DA COSTA, Discente**, em 08/11/2021, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2461086** e o código CRC **DB592876**.

Dedico este trabalho à minha mãe e à minha esposa que sempre estiveram comigo. Também dedico à Deus, por me dar sabedoria e discernimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de estar vivo e ter me dado uma família maravilhosa.

Agradeço à minha esposa Pamela que sempre me apoiou e não me deixou desistir mesmo nos momentos em que eu já havia desistido de mim.

Agradeço à minha mãe Verônica por ter me concebido, uma mulher forte e guerreira, mãe solteira que sempre lutou por mim e me ajudou.

Por fim, também agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Daniela Lima e ao meu coorientador Fernando Costa por me ajudar na construção deste trabalho. E à Profa Dra. Sheila Oliveira por se disponibilizar gentilmente para compor a banca examinadora deste trabalho.

*“A verdade é uma coisa bela e terrível, e portanto deve ser tratada com grande cautela”.*  
Alvo Dumbledore, filme Harry Potter e a Pedra Filosofal.

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que visa garantir uma escolarização de qualidade aos seus discentes, entretanto enfrenta desafios constantes que afetam diretamente sua estrutura. Apoiando-se neste desafio, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos desde a sua constituição e seus desdobramentos na atualidade. Também estabeleceu os seguintes objetivos específicos que envolveram: realizar um levantamento bibliográfico tratando do tema; analisar os fatores teóricos e históricos no desenvolvimento da EJA e identificar e discutir os efeitos negativos estabelecidos durante a sua estruturação diante de implicações político-educacionais. Através de uma abordagem qualitativa e utilizando-se a pesquisa documental e bibliográfica, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: Quais são as perdas que a EJA vem tendo ao longo da trajetória de sua política e desdobramentos para a sua prática? No decorrer do estudo foi possível identificar avanços em alguns governos, como por exemplo de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), assim como a carência de relevância de outros governos, como por exemplo o atual de Bolsonaro (2019-atualmente), em empregar políticas públicas que atendam a EJA, como também a necessidade do reconhecimento da modalidade como política planejada para o desenvolvimento humano, político e social, entendendo que a diversidade necessita ser compreendida como uma construção histórica, social, econômica e cultural. Por fim, ressalta-se que mesmo que a EJA tenha sido constituída por diversos desafios, houveram muitos avanços e há muito o que se fazer e pelo que lutar, pois todas as conquistas obtidas e apresentadas neste trabalho decorreram de contínuas lutas.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Trajetória. Desafios.

## **TRAJECTORY AND CHALLENGES OF YOUTH AND ADULT EDUCATION (YAE): A POLITICAL ISSUE**

### **ABSTRACT**

Youth and Adult Education (EJA) emerges as a modality that aims to ensure quality schooling for its students, however it faces constant challenges that directly affect its structure. Based on this challenge, the present study aimed to analyze public policies for Youth and Adult Education since its constitution and its current consequences. It also established the following specific objectives that involved: carry out a bibliographic survey dealing with the theme; the analysis of theoretical and historical factors in the development of EJA and identify and discuss the effects generated during its political-educational structuring. Through a qualitative approach and using documentary and bibliographic research, we sought to answer the following research question of this work that asks: What are the losses that an EJA has had along the trajectory of its policy and consequences for its practice? During the study, it was possible to identify advances in some governments, such as Lula (2003-2010) and Dilma (2011-2016), as well as the lack of other governments, such as the current one in Bolsonaro (2019-currently), in employing public policies that meet EJA, as well as the need for recognition of the modality as a planned policy for human, political and social development, understanding that diversity needs to be understood as a historical, social, economic and cultural construction. Finally, it is noteworthy that even though EJA has been encountered by several challenges, there have been many advances and there is a lot to do and to fight for, as all the specialized and professional achievements in this work resulted from continuous struggles.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Public policy. Trajectory. Challenges.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tipos de trabalhos encontrados .....	17
Gráfico 2	Distribuição de trabalhos por região do Brasil .....	18

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Repositórios, trabalhos encontrados e selecionados.....	17
----------	---	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nuvem de palavras-chave .....	18
----------	-------------------------------	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
EaD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ERE	Ensino Remoto Emergencial
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ABC	Ação Básica Cristã
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PLANFOR	Plano Nacional de Formação do Trabalhador
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>EJA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	16
<b>3</b>	<b>HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO E CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL</b> .....	21
<b>4</b>	<b>POLÍTICA PÚBLICA DE EJA NO BRASIL: DA LDB N. 9394/1996 ATÉ 2021</b> .....	27
4.1	TRAJETÓRIA DA REGULAMENTAÇÃO .....	27
4.2	PERDAS E CONQUISTAS DA EJA EM SUA TRAJETÓRIA .....	37
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44
	<b>APÊNDICE</b> .....	47

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que visa garantir a uma parcela da população que não tiveram acesso na idade própria uma escolarização de qualidade aos seus discentes, entretanto enfrenta desafios constantes que afetam diretamente sua estrutura, devido a ausência dos governos em cumprir as políticas públicas educacionais, consequentemente causando a falta de professores especializados voltados para a EJA, bem como a falta de adaptação curricular e a evasão escolar.

Diante do contexto pandêmico causado pela Covid-19 a partir do ano de 2020, houve uma generalização do Ensino Remoto Emergencial<sup>1</sup> (ERE), abrindo brechas para uma modalidade integralizada da EJA para a Educação a Distância (EaD), alinhando-se com as resoluções nº 1, de 2 de fevereiro de 2016 e nº 1, de 28 de maio de 2021.

Baseando-se nesta conjuntura que o tema deste Trabalho de Conclusão de Curso foi estabelecido, além do fato da aproximação do autor desta pesquisa com a EJA, pois por não cumprir devidamente sua trajetória escolar, este recorreu à modalidade para a complementação de seus estudos, sendo aluno da EJA de 2010 a 2013. Mediante a compreensão dessa realidade e das precariedades da EJA que este estudo foi proposto para que assim pudesse entender o porquê as políticas públicas desta modalidade serem tão poucas e precárias, bem como compreender o porquê de serem marginalizadas.

Mediante tal perspectiva estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa:

- Quais as perdas que a EJA vem tendo ao longo da trajetória de sua política e desdobramentos para a sua prática?

E em busca de respostas a tal questionamento também definiu-se o objetivo geral que busca analisar as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos desde a sua constituição e seus desdobramentos na atualidade. Como objetivos específicos:

---

<sup>1</sup> Segundo Patricia Alejandra Behar (2020, p. 01) o Ensino Remoto Emergencial ou ERE é uma modalidade que “pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro para que as atividades escolares não sejam interrompidas”. Cabe também pontuar que este estudo se estabeleceu durante o ERE, em que houve uma redução da carga horária das disciplinas ofertadas pela universidade considerando a Resolução do CONSUNI/UFG nº 82, 28 de maio de 2021 devido a situação de isolamento provocada pela pandemia de covid-19.

- realizar levantamento bibliográfico que trata do tema;
- analisar os fatores teóricos e históricos no desenvolvimento da EJA;
- identificar e discutir efeitos negativos estabelecidos durante a sua estruturação diante de implicações político-educacionais.

Sendo assim, se faz necessário pensar a importância das políticas públicas e a elaboração dessas para que possam atender aos jovens e aos adultos, entendendo-os como sujeitos concretos de suas trajetórias. Respeitando esses alunos e os reconhecendo como sujeitos de direitos e que possuem reconhecimento social. Para que se reconfigure, a EJA precisa assumir uma identidade coletiva dessas pessoas marginalizadas e conseqüentemente tem que se caracterizar como a política de direitos coletivos sociais historicamente negados. Entrelaçando a nova Resolução nº 1 de 28 de maio de 2021 à trajetória da EJA, pressupõe-se muito mais desafios ao seu acesso, que nega o direito pleno à educação de seus alunos.

Desta forma, este estudo torna-se relevante por pontuar uma nova perspectiva desafiadora para a EJA, além de realizar um aprofundamento sobre o que já vem sendo tratado, pois através do que foi encontrado no levantamento bibliográfico identificou-se a necessidade de tratar dessa temática, já que os artigos localizados abordam apenas tópicos como a evasão dos discentes, política de assistência estudantil, concepções de trabalho, de educação e alguns aspectos que influenciam na marginalização da EJA.

Assim, os procedimentos metodológicos estabelecidos buscaram consonância com o objetivo geral desta pesquisa. Deste modo, foi escolhida a abordagem qualitativa para um aprofundamento de informações e que deu o devido suporte no tratamento da problemática central deste trabalho científico. Segundo os dizeres de Minayo (2002), a preocupação na pesquisa qualitativa gira em torno de:

[...] um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p. 22).

Para a composição da metodologia foram escolhidas dois tipos de pesquisas, sendo elas: a pesquisa documental e bibliográfica. A documental é caracterizada por uma reunião de documentos, sendo eles escritos ou não, e que agregarão com informações para este estudo, enquanto a bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “abrange toda

bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico”. Durante a coleta de dados foram analisados “[...] documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal” (GIL, 2008, p. 51), assim como teses e dissertações já publicadas que possuem semelhança com a problemática.

No que tange a etapa de análise dos dados coletados foi proposto uma série de operações que visavam a interpretação dos vários documentos e dissertações, tal como compreensão e observação dos fenômenos. De acordo com as autoras Ludke e André (1986, p. 38), este tipo de análise pode “constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Com base nessa linha de raciocínio, para a operacionalização da análise de dados seguiu-se a proposta de Minayo (2002), que apresenta três passos: ordenação, classificação e a análise propriamente dita. Nesta perspectiva buscou-se estabelecer um mapeamento e releitura dos dados encontrados relacionando e os confrontando com base no referencial teórico estabelecido por este estudo, de modo que consiga-se estabelecer a devida análise e interpretação do que foi coletado.

Para a pesquisa bibliográfica foi proposto a realização de um levantamento bibliográfico nos repositórios Scielo e BDTD, onde utilizou-se as seguintes palavras chaves acompanhadas com os descritores: “educação de jovens e adultos” AND trajetória AND desafios; “educação de jovens e adultos” OR EJA AND trajetória AND desafios AND políticas; “educação de jovens e adultos” OR EAJA AND trajetória OR história AND desafios. Com a disposição do material localizado foram lidos títulos e resumos.

Enquanto para a pesquisa documental foi utilizado o documento oficial da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que determina a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Também foi utilizado o documento oficial da Resolução CNE nº 1, de 02 de fevereiro de 2016 que estabelece:

Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. (BRASIL, 2016, p. 01).

E a Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021 que institui:

Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. (BRASIL, 2021, p. 01).

Posto isto, este trabalho foi estruturado em cinco seções, onde têm-se primeiro a introdução, em segundo o levantamento bibliográfico, em que são apresentados os elementos teóricos fundamentais para esta discussão e a metodologia utilizada para a análise dos dados levantados. Na terceira seção têm-se a trajetória histórica da EJA desde o Brasil colônia até os dias atuais, enquanto a quarta seção abarca a legislação da EJA desde sua criação na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 até a Resolução CNE/CEB nº 01/2021 de 25 de maio de 2021, nas quais foi possível identificar as conquistas e perdas da EJA e por fim, temos a quinta seção com as considerações finais.

## 2 EJA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para uma melhor abordagem e aprofundamento sobre os desafios e a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas políticas públicas, foi necessário observar e analisar o que estava sendo discutido no cenário científico nacional desde seu estabelecimento. Logo, para a construção desta pesquisa científica foi realizado um levantamento bibliográfico que objetivou a organização e disposição de pesquisas, estudos e projetos que auxiliaram na definição de abordagem do tema, evitando a duplicação de pesquisas e possibilitando a observação de possíveis lacunas nos estudos realizados. Deste modo foram realizadas buscas nos sites da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Nessa busca foram utilizadas uma determinada quantidade de palavras-chaves/descriptores relacionados ao tema inicial deste estudo que é a Educação de Jovens e Adultos e suas as políticas públicas, sendo os seguintes: “educação de jovens e adultos” AND trajetória AND desafios; “educação de jovens e adultos” OR EJA AND trajetória AND desafios AND políticas; “educação de jovens e adultos” OR EAJA AND trajetória OR história AND desafios. Também foram utilizados filtros para um melhor refinamento das buscas no site da SciELO, sendo eles relacionados à: país- Brasil; idioma- português; áreas temáticas- ciências humanas; áreas temáticas- education; áreas temáticas- educacionais. No site da BDTD não foram utilizados filtros devido a baixa quantidade de resultados apresentados com as palavras-chaves/descriptores.

Foram encontrados 112 trabalhos, os quais passaram por um processo de leitura de títulos, resumos e objetivos de cada estudo que apresentava uma relação entre o tema escolhido pelo autor, muitos trabalhos foram descartados por não estabelecer a devida conexão, por fim dentre esses 112 apenas 09 foram classificados de acordo com os critérios desta pesquisa.

TABELA 1- Repositórios, trabalhos encontrados e selecionados

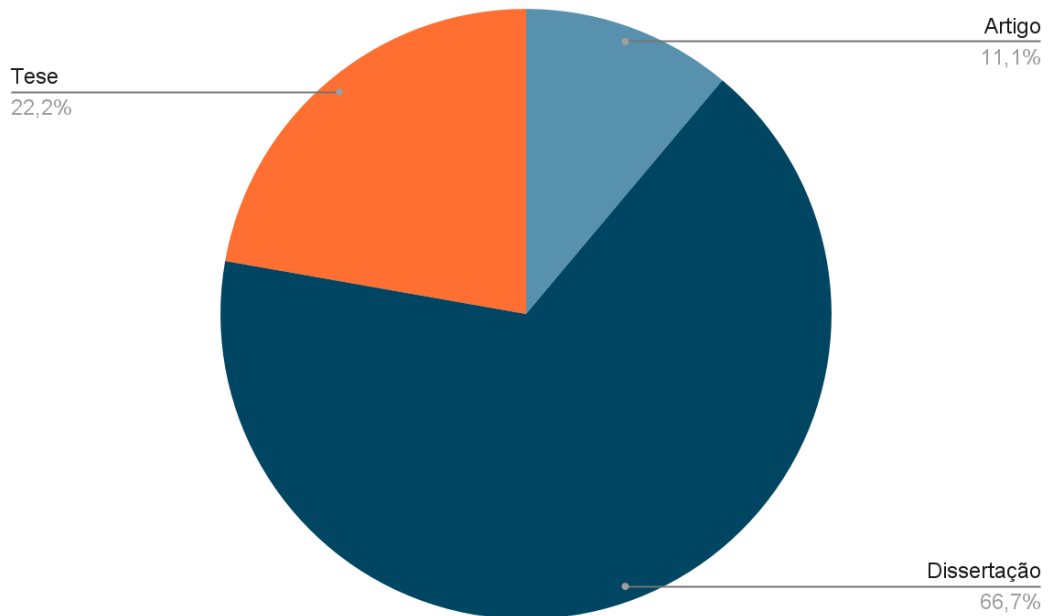
<b>Repositório</b>	<b>Encontrados</b>	<b>Selecionados</b>
SciELO	50	6
BDTD	62	3

Total	112	9
-------	-----	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A seguir, o gráfico 1 apresenta a classificação dos nove trabalhos selecionados, por tipo, destacando uma prevalência de dissertações na produção acadêmica sobre o tema. Desses trabalhos, ressalta-se que 7 trabalhos foram produzidos no âmbito de instituições públicas e apenas dois destes provêm de instituições privadas.

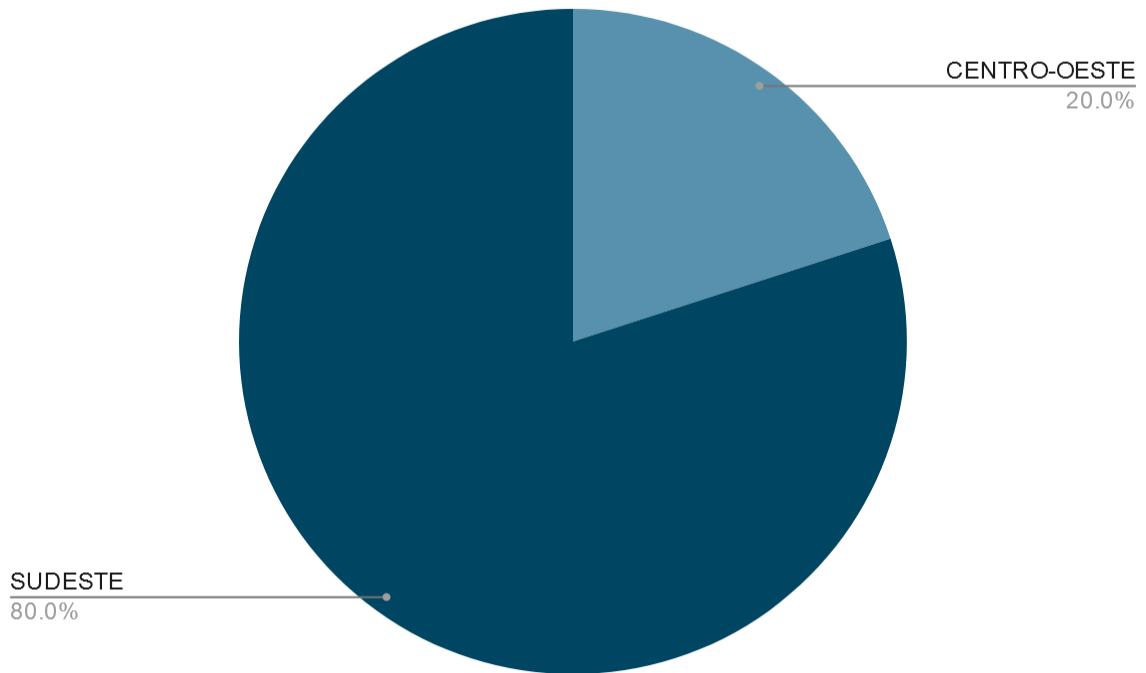
GRÁFICO 1 - Tipos de trabalhos encontrados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação aos anos de publicação, observou-se uma distribuição homogênea entre os anos publicados, sendo que a distribuição das publicações por apenas duas regiões do Brasil são apresentadas no gráfico 2 a seguir.

GRÁFICO 2 -Distribuição de trabalhos por região do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Dos trabalhos selecionados, analisou-se as palavras-chave indicadas pelos autores, a fim de compreender os principais conceitos e termos utilizados em trabalhos que tratavam sobre o tema. Na figura 1 a seguir, apresentam-se o conjunto dessas palavras, na qual os termos mais utilizados são os que aparecem em maior destaque na figura.

FIGURA 1 - Nuvem de palavras-chave



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como pode-se observar as palavras que apresentaram maior destaque nos trabalhos selecionados são: jovens, adultos e educação. Isso indicou a relevância desses conceitos na discussão sobre a EJA no Brasil. Nas duas dissertações analisadas o foco do estudo sobre a EJA é municipalizado, sendo tratado em cidades como Diadema- SP e Várzea Grande- MT, contudo também realizaram apontamentos a nível nacional abordando principalmente aspectos como os desafios da evasão dos discentes e a política de assistência estudantil.

Enquanto os cinco artigos discorreram a partir de uma perspectiva histórica, as políticas públicas para a Educação destinadas a Jovens e Adultos, relacionando as concepções de trabalho e de educação, abordando alguns desafios das políticas públicas para superar a posição marginal que a EJA ocupa, bem como compreender a figura do professor nesse campo educativo. Outros pontos discutidos envolvem os programas para a Educação de Jovens e Adultos e a relação com o estado e o próprio capital. Por último, a tese analisada segue esse mesmo percurso histórico, entretanto discutindo a construção da formação dos docentes da EJA e sobre como a trajetória desses docentes se efetiva através da práxis.

Por meio de uma reflexão sobre os trabalhos já publicados, buscou-se analisar e aprofundar o estudo sobre o direito de acesso dos discentes da EJA no contexto de Educação a

Distância a partir de uma perspectiva histórica, sendo relevante pensar como aconteceu o acesso.

Para fundamentar e dar consistência a todo este estudo foram elencados autores bastante pertinentes no âmbito da discussão da Educação, como por exemplo, Paulo Freire e Moacir Gadotti, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 224), “é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que serve de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados”.

É diante deste contexto que buscou-se compreender o contexto político-educacional para a estruturação da EJA tratando dos direitos de acesso à educação dos alunos trabalhadores, apoiando-se em falas principalmente como a de Gadotti (2013, p. 25), que diz que “A Educação de Adultos é reconhecida pela Unesco como direito humano, estando ela implícita no direito à educação, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a começar pelo primeiro nível que é o da alfabetização”, nessa perspectiva ressalta-se que o direito à educação implica diretamente no fornecimento de vários outros direitos fundamentais, pois segundo a Declaração de Hamburgo de 1997, a alfabetização “tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida” (CONFINTEA, 1999).

Seguindo essa linha de pensamento, compreender os desdobramentos das políticas-públicas para a EJA é considerar também como diversos e diferentes fatores podem interferir ou possibilitar o acesso a processos formativos, como também podem influenciar diretamente na atuação dos docentes desta modalidade de ensino, pois a escola acompanha o movimento histórico e social e tem se apoiado ultimamente em referenciais da economia neoliberal. Desse modo, discutir esses processos, como por exemplo, à luz da teoria freiriana implica, segundo Moura e Ventura (2018, p. 348-349), em “não temer o desvelamento do mundo, o diálogo com o povo, a construção da autonomia, e sim a nos comprometer com uma Pedagogia do Oprimido”. Além dos autores citados inicialmente, pretendeu-se ampliar a discussão utilizando-se de autores como Haddad e Di Pierro (2000), pesquisadores com grande destaque na discussão da temática da EJA atualmente.

### **3 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO E CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

Antes da EJA se tornar o que é atualmente, é necessário lembrar sobre como a sua origem estava e ainda está ligada profundamente a um olhar marginalizado, o que remete explicar sobre tempos anteriores. Em 1889, com a proclamação da república, surgiu a ideia de educação para adultos, e é nesse momento que percebe-se a necessidade de questionamento sobre políticas educacionais e também movimentos e projetos voltados para a mesma. Neste ínterim, o governo viu o analfabetismo como uma doença que precisava ser erradicada, já que era um entrave ao desenvolvimento da economia, também nesse período estabeleceu-se que a reforma de ensino teria como finalidade a ampliação do atendimento educacional (SANTIAGO, 2018).

Baseando-se na visão sobre o analfabetismo ser o grande problema da nação, que na década 1930 com a revolução e o fim da república oligárquica, nasceu a primeira ação de educação para adultos, autorizado pelo Ministério da Saúde e Educação. Em 1947, o então ministro da educação e saúde Clemente Mariani consolidou a campanha nacional de educação para adultos, cujo autor foi o professor Lourenço Filho que a criou com uma mobilização a favor da educação de jovens e adultos a nível nacional, esta campanha iniciou juntamente com a terceira república brasileira ou estado novo, na década de 1930. A educação sob a vista do Estado Novo, regime instaurado por Getúlio Vargas, pôs em evidência novamente a relevância de uma educação voltada para este determinado grupo de pessoas devido ao alto índice de analfabetismo, desse modo ganhando mais atenção e recebendo uma ampliação do ensino supletivo nas redes estaduais através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o INEP. (SANTIAGO, 2018).

Durante as décadas de 1930 e 1940 muito se pensou sobre questões relacionadas à educação, foi um período em que as bases da educação começaram a se destacar no Brasil, nesta época a educação popular era vista como uma ampliação da educação formal. Segundo Pereira e Pereira (2010), o final da segunda guerra trouxe a vitória dos ideais democráticos, essa conjunção intermediou as mobilizações nacionais tornando relevante o movimento pela educação das massas, destacando a necessidade de pensar uma política de educação de base na medida em que se almejava o progresso social e econômico do país, visando uma

adaptação das camadas mais pobres à modernidade. Ainda segundo Pereira e Pereira (2010), esse processo teve como alvo principal pessoas de áreas rurais já que possuíam pouco contato com as exigências do mundo moderno, sendo necessário promover o acesso à leitura, escrita, e até noções básicas de convivência social e de higiene.

Já na década de 1950, iniciou-se um debate sobre a EJA, no qual questionavam se ela seria uma disseminadora de conteúdo prontos ou se promoveria o desenvolvimento de ideias, foi a partir desta preocupação sobre a constituição de cidadãos conscientes e críticos que alguns educadores propuseram mudar seu foco de ensino, anteriormente voltado apenas para o trabalho. Em 1958 aconteceu o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos o qual contou com a presença de diversos educadores que expressaram seus diversos posicionamentos em relação à nova visão de educação. Durante esta época aconteceram diversas mobilizações a favor da educação popular, buscando também romper com a visão preconceituosa sobre os analfabetos, muitas vezes vistos como incapazes.

Na década de 1960, com o pernambucano Paulo Freire e suas reflexões sobre a realidade brasileira, começou a se formar uma pedagogia com abordagens filosóficas de uma prática de educação popular. A educação popular nasceu fora da escola, emanando de organizações populares, mas tendo como princípio a emancipação. Sua metodologia teve grande repercussão social, se caracterizava como uma forma horizontal de educar, dialógica, respeitando os saberes dos educandos e tinha como princípios a ética, a solidariedade e a transformação social, o que influenciou diretamente em vários espaços educativos, como em conselhos populares, ONGs e sindicatos (FONTELLA; MACHADO, 2015). Segundo Gadotti (2016), a educação popular:

[...] está ligada a todo um movimento, de um lado, pela extensão da educação formal para todos e, de outro, pela formação social, política e profissional, sobretudo de jovens e de adultos, quando não é confundida com educação não-formal. Educação não-formal e educação extraescolar são expressões que valorizam mais o sistêmico, o formal e o escolar. A educação não-formal, assim entendida, seria menos relevante do que a educação formal, posto que a primeira é concebida como "complementar de", "supletiva de", que não tem valor em si mesma. Seria melhor definir a educação não-formal por aquilo que ela é, pela sua especificidade e não por sua oposição à educação formal. (GADOTTI, 2016, p. 2).

É necessário ressaltar que houve um período em que a educação popular se opôs à educação de adultos, sendo impelida pelo Estado. Ainda de acordo com os dizeres de Gadotti

(2016), a educação popular tinha como proposta uma nova educação que visava valorizar o senso comum no processo pedagógico. Mas o que era este senso comum? Nesta perspectiva era a representação da expressão do opressor que é por muitas vezes introjetada no oprimido, deste modo, buscava-se trazer um olhar crítico reflexivo frente a teoria na prática popular.

A educação popular freireana também teve como base uma proposta educativa voltada para a construção de uma consciência crítica e política quanto à realidade em que se está inserido. Nesse período tinha-se a predominância da educação funcional, ou seja, uma educação para o trabalho que tinha como objetivo o treinamento de uma mão de obra mais produtiva, o que era mais útil aos projetos de desenvolvimentos nacionais. Como resultado de uma mobilização e esforço, Freire se tornou um dos maiores elaboradores da educação popular, ele almejava transformar o ordenamento do poderio burguês para transformar a escola e a educação, estreitando a escola e sua relação com a vida política. O objetivo de Freire era refletir sobre a constituição do homem como sujeito em projetos e processos sociais para com o mundo, refletindo sobre o mundo e sobre si mesmo através de uma educação libertadora como forma de conscientização e emancipação, e que a partir desse processo de transformar a si, transformaria também sua própria realidade (GADOTTI, 2016).

A teoria da educação popular perpassa a relação entre palavra e poder, falando de forma ampla, um repensar a educação, repensar como cultura. De acordo com Fontella e Machado (2015), significar a cultura é trazer a inquietação ideológica frente a dimensão de uma classe intencionalmente, para que assim permita novas compreensões de consciência, quanto a idéias e valores, onde essa responde às exigências para uma consciência histórica real de fato, “levando o homem a se assumir sujeito de sua própria criação cultural” (FÁVERO, 1983, p. 23 *apud* FONTELLA; MACHADO, 2015, p. 04).

Em 1962, o Decreto nº 51.470, de 22 de maio, institui “como serviço em regime especial de financiamento para o desenvolvimento social e econômico, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (MNCA)” (BRASIL, p. 5367). O MNCA foi um meio de distribuir verba para a educação de jovens e adultos, ela também identificava jovens analfabetos de 12 a 21 anos. Nesse período é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação (PNE) em 1963 que consolidaram as finalidades a serem atingidas no período de 1963 a 1970. De acordo com Santiago (2018), a aprovação do PNE determinou:

A redistribuição das verbas do Fundo Nacional do Ensino Primário e a reorganização da MNCA, surgindo, em seu lugar, o Programa de Emergência. Este programa, que incluía em seus objetivos a alfabetização da população adulta, chegou a realizar alguns convênios com os estados, entretanto durou apenas seis meses. (SANTIAGO, 2018, p. 51).

De acordo com Fontella e Machado (2015), em 1967, durante a ditadura militar, iniciou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) juntamente com a Cruzada Ação Básica Cristã (ABC) e se constituíram como movimentos com a finalidade de acabar com o controle político da população pela supervisão pedagógica, de acordo com Friedrich *et al* (2010). Em setembro de 1970, o MOBRAL é lançado, com o propósito de promover a educação de jovens e adultos analfabetos, financiando um terço do custo dos cursos de nove meses para analfabetos com faixa etária de 15 a 30 anos. Suas atribuições eram dar prioridade aos municípios que possuíam elevada possibilidade de desenvolvimento socioeconômico. O governo concordou estender os serviços de educação de adultos aos níveis de ensino fundamental e médio e com um maior acesso à escola cria-se o mito de ascensão social, visto que quem possuía esse acesso era a camada mais popular da sociedade. O Estado não tinha integral responsabilidade pela oferta dessa modalidade nem garantia que ela se expandisse, sendo assumida por iniciativas privadas, o que acontece até os dias de hoje. O MOBRAL foi vinculado ao Departamento Nacional de Educação (DNE) até o ano de 1969 quando suas diretrizes foram alteradas, sua gestão tornou-se centralizada em um período em que as relações políticas, econômicas e sociais eram estruturadas pelo Estado controlador e autoritário. Em 1971 foi criada a Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, no período de regime militar no Brasil. O Estado se esforçou em organizar a educação de jovens e adultos, regulamentando o ensino supletivo com a proposta de repor a escolaridade perdida e qualificação para profissionalização. De acordo com Moura (2004, p. 31):

Até aproximadamente meados de 1980, as práticas de alfabetização no âmbito oficial são utilizadas como estratégia de despolitização, de suavização das tensões sociais e como instrumento fundamental de preparação de mão de obra para colaborar com os mecanismos de desenvolvimento econômico. (MOURA, 2004, p. 31 *apud* PEDROSO, 2015, p. 53).

Na década de 1980, com o país sendo redemocratizado, o MOBRAL é extinto em seu lugar fica a fundação EDUCAR possuindo as mesmas características, mas agora sem o financiamento para sua manutenção. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal em que

fica garantido o direito público de educação dando como especificidade o reconhecimento do discente jovem e do adulto trabalhador, assim a LDB anterior (4024/61) tornou-se obsoleta (FONTELLA; MACHADO, 2015).

Sem suporte e financiamentos, a fundação EDUCAR é extinta e a política da EJA é descentralizada e então com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelece-se no capítulo 2 seção V em seu artigo 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça (UNESCO, 1997, p.1).

Com a nova e atual LDB, a EJA se torna uma modalidade da educação básica bem como as etapas do ensino fundamental e médio, sendo um grande avanço para a educação de adultos, em que agora o aprendizado e desenvolvimento seria pensado de acordo com estratégias para alunos trabalhadores, reconhecendo a necessidade de se pensar suas especificidades. Bem como ressalta Silva (2013, p. 224):

Ora, se a educação básica convencional se estrutura em função da idade dos educandos e entende-se aí que o parâmetro seja o educando, natural supor que a EJA, participe do sistema escolar, venha a ter como objeto o jovem e o adulto beneficiários da educação como direito de todos e dever do Estado, e não a gradação de conhecimentos ou os currículos. (SILVA, 2013, p. 224 *apud* PEDROSO, 2015, p. 60)

Em 2001, o PNE reforça as atribuições dadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais pela Lei nº 10.172 que tem como meta acabar com o analfabetismo e capacitar o corpo docente voltado para a EJA, ou seja, formação continuada. As metas estabelecidas pelo PNE são:

- Criação de programas com a finalidade de alfabetizar dez milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, a superação dos índices de analfabetismo;

- Garantia da oferta, em cinco anos, de EJA equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais, que não tenha atingido esse nível de escolaridade;
- Inclusão, a partir da aprovação do PNE, da EJA nas formas de financiamento da Educação Básica (BRASIL, 2001, *apud* SOUZA; GONÇALVES; JUNIOR, 2013, p.9).

O governo do presidente Lula anunciou iniciativas voltadas para as políticas públicas para a EJA com mais relevância que os governos anteriores. Criou-se o Projeto Escola de Fábrica que oferecia cursos de formação profissional para jovens de 15 a 21 anos, também criou o PROJOVEM para jovens de 18 a 24 anos que possuíam escolaridade superior à quarta série, voltada para qualificação no trabalho e ao final criou o PROEJA cuja finalidade era a educação técnica a nível de ensino médio. Em concordância aos dizeres de Machado e Rodrigues (2013):

Não é possível considerar que, no Brasil, a tarefa do direito à educação básica está cumprida, da mesma forma que não é possível desconsiderar que o modelo econômico e político brasileiro, desde sua origem aos dias atuais, contribuiu para que o país chegasse ao século XXI com milhões de brasileiros sem escolarização básica. (MACHADO; RODRIGUES, 2013, p. 374).

Por fim, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos dias de hoje existem 11 milhões de brasileiros analfabetos, sendo pessoas com 15 anos ou mais que não conseguem ler ou escrever. Há de se pensar também sobre a suspensão das aulas presenciais devido a pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pressupõe-se, um prejuízo no ensino dos alunos da EJA, como também no estabelecimento de um modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) que evidenciou muito mais as dificuldades já conhecidas dos discentes e que abriu margem para a integralização da EJA como uma modalidade de Educação a Distância (EaD).

## 4 POLÍTICA PÚBLICA DE EJA NO BRASIL: DA LDB N. 9394/1996 ATÉ 2021

O propósito deste capítulo é discutir e analisar os possíveis efeitos estabelecidos durante a estruturação da EJA no Brasil diante de implicações político-educacionais, discorrendo do período da criação da Lei de Diretrizes e Bases do ano de 1996 até os dias atuais, destacando principalmente perdas para a EJA bem como apontando alguns de seus ganhos.

### 4.1 TRAJETÓRIA DA REGULAMENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 na seção V em seus artigos 37 e 38 estabelece que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames

A nova LDB sancionada em 1996 ignorou uma grande parcela de acordos e anuências estabelecidas anteriormente. A seção dedicada para a educação de jovens e adultos como citada acima foi breve e em seus dois artigos reiterou a importância de preservar o direito do já mencionado público ao ensino condizente às suas condições para estudar e o dever do poder público em ofertá-lo de forma gratuita. Sobre essa seção de lei a única inovação foi a

redução da idade mínima para que os discentes pudessem fazer os exames supletivos, em que ficou decidido em 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. A rachadura posta pela nova LDB em relação à anterior se dá na revogação da distinção entre os conjuntos de ensino regular e supletivo, incluindo inteiramente a EJA ao ensino básico comum. O arranjo do ensino junto a possibilidade de aceleração de aprendizagem deixaram de ser característica exclusivos da EJA e se estenderam ao ensino básico em sua conjectura. As disposições momentâneas da nova LDB estabeleceram que a união direcionasse ao congresso um plano nacional cuja duração era de dez anos de acordo com a Declaração Mundial de Educação Para Todos. A LDB junto a constituição presumia que o executivo federal desenvolvesse e submetesse ao congresso planos plurianuais de educação, o que foi um estopim para que em 1997 o MEC iniciasse um processo de consultas que sucedeu em um Projeto de Plano Nacional de Educação (PNE) que foi apresentado em 1998 (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A reforma nacional que se iniciou em 1995 foi implementada sob o pretexto de cortes públicos de modo a assistir o modelo de ajuste estrutural e a política de consolidação admitida pelo governo federal, o principal mecanismo da reforma foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 14/96, de 12 de setembro de 1996 essa que suspendeu as disposições transitórias da constituição de 1988 e que prometia a sociedade e aos governos acabar com o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental até o ano de 1998, tirando a obrigação do governo federal empregar com essa finalidade metade dos recursos vinculados à educação, o que provocaria elevar o gasto educacional (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A nova redação dada ao Artigo 60 das Disposições Transitórias da Constituição criou, em cada um dos estados, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), um mecanismo engenhoso pelo qual a maior parte dos recursos públicos vinculados à educação foi reunida em cada unidade federada em um Fundo contábil, posteriormente redistribuído entre as esferas de governo estadual e municipal proporcionalmente às matrículas registradas no ensino fundamental regular nas respectivas redes de ensino (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 123).

A ação constitucional que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) requereu regulamentação adicional mesmo sendo aprovada por unanimidade do congresso, assim a Lei nº 9.424/96, de 20 de dezembro de 1996 adquiriu vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso, esses que

impediram que as matrículas registradas no ensino fundamental de jovens e adultos fossem apuradas para cálculos dos fundos, essa medida que focou o investimento público na educação e ensino de crianças de idade de 7 a 14 anos e desencorajou o setor público a ampliar o ensino fundamental da EJA. Ao determinar a distribuição de recursos públicos, estaduais e municipais favoráveis ao ensino fundamental de crianças e adolescentes, o FUNDEF largou parcialmente o financiamento de três parcelas da educação básica: educação infantil, o ensino médio e a educação básica de jovens e adultos (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Este período foi caracterizado pela marginalização da modalidade, pois diante deste cenário a oferta e manutenção da EJA ficaram a cargo de cada Unidade Federal, proporcionando um mascaramento das estatísticas (SOUZA; GONÇALVES; JUNIOR, 2013).

Com a continuidade da democratização na década de 1990 que envolvia transpassar para as políticas públicas os direitos educacionais conquistados no plano jurídico foi impedida pelos problemas de financiamento e reforma do estado, com isso as políticas de consolidação monetária adéquam a expansão de gastos públicos para as metas de equilíbrio fiscal, que acarretou a redefinição de papéis nas esferas centrais e subnacionais do governo, estabelecendo a descentralização dos financiamentos e serviços, tal como a posição marginalizada tomada pela educação básica de jovens e adultos nas prioridades de políticas educacionais. Um dos acontecimentos relacionados a esse processo é o afastamento do Ministério da Educação nos exercícios das funções de coordenação atividade supletiva e redistributiva no fornecimento de educação básica de jovens e adultos. Em meados da década de 1990 foram criados três programas federais para a formação de jovens e adultos que possuíam baixa renda e baixa escolaridade, nenhum deles era dirigido pelo Ministério da educação, eram desenvolvidos em parcerias governamentais, institutos de ensino e pesquisa e com a sociedade civil. O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi concebido em 1996 pelo ministério da educação, mas coordenado pelo Conselho da Comunidade solidária, esse que desenvolvia ações sociais de combate à pobreza. O programa PAS consistia na alfabetização inicial de apenas cinco meses e era destinado preferencialmente aos jovens, municípios e periferias onde havia índices mais altos de analfabetismo, o programa se expandiu rapidamente graças ao co-financiamento pelo MEC juntamente com educadores, doadores e alfabetizadores por parte dos governos municipais, supervisionado pedagogicamente por estudantes e educadores de faculdades públicas e privadas (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) era um programa em que sua gestão estava fora da esfera governamental, com o auxílio do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi incorporado uma proposta de política pública da EJA no meio rural. O foco principal do PRONERA era a alfabetização de trabalhadores rurais que eram totalmente analfabetos o qual oferecia um curso com um ano de duração, sua inovação se deu nas parcerias com universidades que proporcionaram a formação de alfabetizadores elevando a escolaridade básica (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

O Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR) não foi desenvolvido com o propósito de ensino, mas de qualificação profissional, utilizada como formação complementar e não substitui a educação básica. Entre os anos de 1996 e 1998 cerca de 60% dos cinco milhões de trabalhadores receberam o curso de habilidades básicas, porém devido ao baixo nível de escolaridade dos educandos o plano via como obstáculo à efetividade do programa. Paradoxalmente vem acontecendo uma deficiência na junção da articulação meio a política de formação profissional no PLANFOR e nas redes estaduais e municipais de educação que compõem os importantes agentes públicos que oferecem ensino de educação básica para jovens e adultos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A partir da metade desse século ocorreu uma importante movimentação na amplificação na oferta de vagas no ensino público no nível fundamental que tornou a escola pública em uma entidade aberta a grande parcela da população, sobrepujando o caráter elitista que a escola possuía no início do século, porém essa ampliação de oferta escolar não teve um acompanhamento na melhoria de ensino ou seja temos mais escolas, porém pouca qualidade. Essa má qualidade de ensino se dá devido à situação de pobreza em que vive uma grande parcela da sociedade, que produz um elevado número de crianças que passam pela escola sem desfrutar aprendizagens e que conseqüentemente são levadas ao fracasso e à repetência. Anteriormente as crianças não podiam ir à escola por falta de vagas e agora elas conseguem ingressar mas não conseguem aprender e acabam sendo excluídas antes mesmo de concluir os estudos. Essa nova categoria de exclusão acompanhada da ampliação do ensino público acarretou produzindo uma grande quantidade de jovens e adultos que embora tenham passado pelo sistema de ensino, obtiveram aprendizagens insuficientes para poderem usufruí-las com autonomia os conhecimentos assimilados no seu cotidiano. Esses dados comprovam que o

desafio da ampliação do atendimento escolar aos jovens e adultos não está na população que não frequentou a escola, mas sim naquela parcela que frequentou a escola mas que não conseguiu obter aprendizagem de forma a participar da vida econômica, cultural e política para seguir aprendendo ao decorrer de sua vida (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Há algumas décadas atrás a grande parcela de educandos que faziam parte de programas de alfabetização e escolarização da modalidade para jovens e adultos eram pessoas adultas e idosas e que em sua maioria eram de origem rural que não possuíam nenhum tipo de contato escolar. Esses se dois grupos se dividem entre aqueles que veem na escola uma oportunidade de ascensão social e o segundo grupo se encontram num conflito na relação com a aprendizagem anterior, sendo assim os jovens trazem consigo a chaga de aluno problema que não conseguiram obter êxito no ensino regular e acabam por tentar superar essas dificuldades em cursos que tem como objetivo a aceleração e recuperação da escolarização perdida. Assim os programas federais tinham a priori a tarefa de equacionar as desigualdades regionais, evidenciadas pela grande diferença dos índices de analfabetismo no país, deste modo, procurando estruturar, democratizar, bem como ampliar o acesso da população à Educação Profissional no Brasil (KELLER; BECKER, 2020). Entretanto, vêm perdendo sua identidade conforme tem passado a ter caráter de aceleração de estudo de jovens tendo uma defasagem na série e na idade na normalização do fluxo escolar. Identifica-se então que o ensino de jovens e adultos perde espaço como atendimento de caráter público educacional de natureza universal e passar a ser entendido como uma política compensatória, auxiliar no combate às situações de pobreza, sem uma política que possa atender de modo planejado o desafio de transpor o analfabetismo e levantar a educação da população (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Seguindo este contexto da década de 1990 marcado por dificuldades, seja pela descontinuidade ou por tênues políticas públicas, os anos 2000 são apresentados abaixo de forma cronológica através de resoluções, leis e decretos:

#### A. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000

A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 vem estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a qual apresenta que para que o discente

seja matriculado na EJA precisa possuir idade mínima de quinze anos completos para poder cursar o ensino fundamental II e dezoito anos completos para cursar o ensino médio, sendo assim idade inferiores serão consideradas idades normais de ensino nos devidos níveis educacionais, nota-se que as crianças e jovens que não conseguem terminar os estudos na idade prevista são vistos como empecilho e comprometem o Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB) dos Estados.

[...] a modalidade (EJA) tem sido reconhecida pelos governos como mera estratégia de correção de fluxo e limpeza dos indicadores negativos de avaliação. Isto transfere, quase que automaticamente, os jovens que completam 15 e 18 anos para a modalidade de EJA ou criando Projetos específicos de correção de fluxo. (JULIÃO, BEIRAL, FERRARI, 2017, p. 45-46).

É possível observar que a EJA é entendida como uma política de reparação da educação básica. Há então, a transferência e a incumbência da educação de quem não obteve sucesso na idade considerada correta para outra modalidade educacional, assim possibilitando resultados positivos e ignorando os resultados desfavoráveis das reprovações e evasões que estão presentes nos programas de análise dos estados. Nessa resolução também há o debate sobre o sentido da EJA como modalidade como está no parecer CNE/CEB nº11/2000 a compreensão da EJA como “[...] um modo de existir com característica própria” (BRASIL, 2000, p. 26).

#### B. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001.

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, entre outras coisas, tem como meta estabelecer programas para alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos no período de 5 anos e até o final da década, erradicar o analfabetismo. Com a aprovação da lei há a confirmação da desconsideração estatal de garantia do direito à educação. Houve também o veto presidencial de Fernando Henrique Cardoso, o qual dava previsão de recursos financeiros para educação, acabando com qualquer chance de atendimento das requisições dos trabalhadores e grupos estudantis e que conseqüentemente refletiu na EJA trazendo uma ampliação das desigualdades sociais e educacionais (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017). No capítulo sobre EJA são propostas 26 metas e para cumpri-las presumia-se a colaboração entre as esferas do governo, a sociedade e o estímulo de recursos financeiros. O Plano

também mencionava a necessidade de especialização do corpo docente, entretanto deixou passar a chance de convocar as instituições de ensino superior em prol do aspecto da formação inicial de professores e também da formação continuada. Este Plano também não fixou estratégias ou metas específicas voltadas para reverter as desigualdades educativas observadas entre os grupos étnico-raciais e as populações rurais. E por fim, esse PNE previu um mecanismo de monitoramento periódico, entretanto essa meta jamais foi considerada pelos governos, logo não há indicadores e relatórios que permitam avaliar o cumprimento do Plano (DI PIERRO, 2010).

### C. DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006.

Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. O PROEJA tem como proposta não somente a plenitude entre as modalidades, ela também busca conceder a formação inicial e também continuada de trabalhadores, jovens e a educação técnica do ensino médio, considerando as especificidades dos jovens e adultos. O PROEJA foi instituído pelo decreto nº 5478/05 e mais tarde foi revogado pelo decreto nº 5840/06, o novo decreto modificou as diretrizes do programa ampliando seu campo de atuação, agora além de ofertar o ensino médio passou a contemplar o ensino fundamental, integralizando ensino fundamental e médio a cursos de educação profissional. O destaque do PROEJA se dá por ser um programa que visa a consolidação como política pública, visando uma escola atrelada ao mundo do trabalho em uma perspectiva de equidade (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017). Ressalta-se também que como uma política pública de inclusão, o estabelecimento desse programa, também visou um resgate e reconhecimento de milhões de brasileiros marginalizados. Igualmente, pontua-se que em seus princípios de inclusão, esse programa pretendia:

Proporcionar o acesso à população da EJA nas suas necessidades educacionais, com a inserção orgânica desta modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos, ampliando o direito à educação básica, pela universalização do ensino médio. Nessa direção, o trabalho se apresenta como princípio educativo, no sentido de viabilizar condições espaço-temporais dignas de sobrevivência a esse sujeitos, além da manutenção de uma vida produtiva na perspectiva da atual estrutura social (capitalista) que proporcione e assegure condições

geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais (VASCONCELOS, 2012, p. 12).

D. LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008). Essa nova redação traz um avanço para EJA a considerando como modalidade de educação básica onde há uma institucionalização e incorporação das práticas da educação profissional técnica a nível médio, da EJA e da educação profissional tecnológica (JULIÃO, BEIRAL, FERRARI, 2017).

E. RESOLUÇÃO CEB/CNE Nº 3 DE 15 DE JUNHO DE 2010

A Resolução CEB/CNE nº 3, de 15 de junho de 2010 institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, idade mínima e certificação nos exames de Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD). Essa resolução normatiza pontos referentes à duração dos cursos e faixa etária mínima para o ingresso na EJA e a Educação de Jovens Adultos elaborada por meio da EaD.

Nota-se que novamente surge a mesma estigma já dita na Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, a questão dos alunos que não conseguiram concluir o ensino regular comprometerem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos estados, é visto que essa modalidade é enxergada pelo governo como tática de correção de fluxo, limpando assim os indicadores negativos de avaliação. É perceptível a falta de políticas públicas de estado para a modalidade da EJA, se vê apenas políticas de governo que trazem poucas mudanças que não beneficiam e respeite de fato a trajetória dos discentes, assim como está no documento em seu Artigo 2º:

Para o melhor desenvolvimento da EJA, cabe a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo, assumindo a gestão democrática, contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes, proporcionando a conjugação de políticas

públicas setoriais e fortalecendo sua vocação como instrumento para a educação ao longo da vida. (BRASIL, 2010).

F. DECRETO Nº 7.480, DE 16 DE MAIO DE 2011.

Institui a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Surge da união da Secretaria de Educação Especial e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A SECADI veio dar novas finalidades assim como prevê o artigo 2º inciso IV: coordenar ações de educação continuada, agora os profissionais da educação passam a ser o foco da educação continuada. Anteriormente com o SECAD era dividida em dois campos a alfabetização e educação continuada de jovens e adultos, sendo assim o foco da formação continuada eram os discentes da EJA, a formação dos professores se dava nas atividades e no cotidiano.

É preciso destacar que sua criação foi fruto de lutas e de muita mobilização social em prol da garantia de que as políticas educacionais reconhecessem as “discriminações, desigualdades, racismos, sexismos, que sempre foram bastante silenciados na política educacional e no debate sobre qualidade educacional”(JAKIMIU, 2021, p. 3). Além disso, pontua-se demais ações da SECADI que estão ligadas a:

elaboração de materiais didáticos e paradidáticos, melhoria da infraestrutura física e tecnológica, bem como iniciativas educativas voltadas para a garantia da alfabetização e aumento do nível de escolarização da população de jovens e adultos e iniciativas voltadas para o acompanhamento da frequência escolar de estudantes em condição de vulnerabilidade social (JAKIMIU, 2021, p. 5).

G. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, estabelecendo vinte metas para a educação que devem ser cumpridas no prazo de dez anos. Em sua primeira diretriz presume a erradicação do analfabetismo e em relação a EJA reitera a necessidade de ampliação da oferta de matrículas em vinte e cinco por cento no ensino fundamental e médio de forma integrada e educação profissional (BRASIL, 2014). Pensar essas questões apontadas pelo PNE remete a refletir sobre outras não menos importantes como “a concepção de alfabetização, a necessidade de integração dos processos de alfabetização com as demais

etapas da Educação Básica e também a necessidade de enfrentamento do analfabetismo funcional” (KELLER; BECKER, 2020, p. 23). Também há de se pensar a formação profissional dos educandos, já que muitos já atuam no mercado de trabalho ou precisam se inserir. Ambos os planos nacionais de educação compreendem esse último aspecto destinado à EJA, entretanto na realidade, segundo Keller e Becker (2020, p. 24) têm-se “uma formação profissional aligeirada, restrita a habilidades básicas necessárias para o desempenho de funções consideradas mais simples, condizentes com uma remuneração mais baixa”.

#### H. DECRETO Nº 9.465, DE 2 DE JANEIRO DE 2019

O Decreto nº 9.465, publicado no *Diário Oficial da União* em 2 de janeiro de 2019, determinou mudanças na estrutura e funções de algumas secretarias do Ministério da Educação. Dentre elas, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) passou a se chamar Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp) e a criação da Secretaria de Alfabetização (Sealf).

[...] A EJA, a partir do Decreto citado, está sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), que integra, junto às outras Secretarias e Autarquias, a estrutura do MEC. Na medida em que a SEB promove, formula e induz, em regime de colaboração com estados e municípios, políticas para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – etapas que compõem a educação básica –, ela possui a competência para coordenar e implementar ações no âmbito da modalidade da educação de jovens e adultos. (MEC, 2019, p. 01)

Ocorre a extinção da SECADI o que é um grande retrocesso para a EJA. A SECADI tinha grande importância, pois dava mais oportunidades e garantia que os direitos dos discentes fossem respeitados. Com esse decreto percebe-se a negação em relação às diferenças dos alunos trazendo uma visão de igualdade, o que na verdade não acontece realmente, não há a inclusão de fato, pois os discentes dessa modalidade possuem realidades diferentes, a educação é um direito público subjetivo, porém com o fim da SECADI esse direito fica menos acessível (SOUZA, 2019).

#### I. RESOLUÇÃO Nº 01, DE 25 DE MAIO DE 2021

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Na redação a EJA

é vista de forma adjacente na Política Nacional de Alfabetização (PNA), sendo deturpada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois ela vai contra o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, aprovado em 7 de abril de 2010.

Reforça-se, assim, a garantia de acesso a essas etapas da Educação Básica. Para o Ensino Médio, a oferta não era, originalmente, obrigatória, mas indicada como de extensão progressiva, porém, a Lei nº 12.061/2009 alterou o inciso II do artigo 4º e o inciso VI do artigo 10 da LDB, para garantir a universalização do Ensino Médio gratuito e para assegurar o atendimento de todos os interessados ao Ensino Médio público. De todo modo, o inciso VII do mesmo artigo já estabelecia que se deve garantir a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (MEC, 2010, p. 07).

Nessa perspectiva, mais precarizações aparecem para a EJA, como também afetam diretamente a autonomia de estados e municípios para pensar as políticas públicas voltadas para ela, envolvendo assim todo um contexto que vão de materiais didáticos, tecnologia até mesmo a formação de professores. Diante de tantos desafios já enfrentados, a EJA retorna à questão da instrumentalização, onde a bagagem histórico-social dos sujeitos é ignorada, e os conteúdos a serem ofertados para os mesmos é o mínimo do mínimo, concentrando-se em disciplinas como português e matemática.

#### 4.2 PERDAS E CONQUISTAS DA EJA EM SUA TRAJETÓRIA

É partindo do já dito percurso histórico, atrelado a interesses políticos e econômicos, que estabeleceu-se a EJA no Brasil, logo, pretende-se aqui, explicitar as perdas e importantes conquistas para esta modalidade. Partindo desta perspectiva, no decorrer dos últimos 30 anos, foi possível perceber um período marcado por discordâncias principalmente nas discussões em torno do conteúdo norteador para a regulamentação da EJA. Entretanto, cabe aqui destacar que o contexto sociopolítico do país na década de 80 que teve a significativa luta pela redemocratização da sociedade brasileira e onde a EJA por meio da Constituição de 1988, alcança definitivamente o devido reconhecimento do ponto de vista legal. Outro ponto, mais adiante na linha do tempo, nos anos 2000 a instituição das diretrizes nacionais para a EJA pode ser considerada uma verdadeira conquista resultante de incessantes lutas. Também foi perceptível a incapacidade de governos no decorrer desses 30 anos, em governos como de

Collor, Fernando Henrique Cardoso ou mesmo o atual, de dar conta das demandas que envolvem a EJA, bem como na formulação de políticas públicas, muitas de caráter tênue, ainda pontua-se a criação de diversos programas de curto prazo, que influenciaram diretamente na negação de possibilidade de uma educação de qualidade e libertadora para os educandos da EJA e a carência de uma formação crítica voltada para os educadores desta modalidade, para esse último ponto destaca-se os dizeres de Gadotti (2011), o qual reflete que:

[...] ler sobre a educação de adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou a aquisição de novos conhecimentos que têm sentido. (GADOTTI, 2011, p. 39).

Além da incapacidade de alguns governantes, destaca-se aqui o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), os quais viabilizaram significativas reformulações na implementação da política nacional da EJA, como por exemplo a criação SECAD e SECADI, a aprovação do FUNDEB, bem como a instituição em 2007 da proposta de Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos. Entretanto nos últimos anos, com o governo Bolsonaro vem ocorrendo um desmonte da educação no país, e em meio a trajetória da EJA, a descontinuidade da SECADI foi uma perda notória, negando as diferenças dos educandos da modalidade, como já citado anteriormente na seção 4.1 Trajetória da Regulamentação. Por um outro lado, a EaD vem se revelando como uma grande possibilidade para o aumento de ingresso à escola, esse tipo de ensino se apresenta como direito aos sujeitos da EJA, a utilização da EaD como uma possibilidade de continuação de desenvolvimento e constituição do indivíduo, o que quer dizer que é possível uma forma flexível de desenvolvimento contínuo que torna possível a admissão ao direito à educação. Entretanto, muitos jovens e adultos estão alheios às novas tecnologias em relação ao processo de aprendizagem, pois pressupõe-se que nem todos possuam contato com essas tecnologias ou conhecimento sobre. Voltando o olhar para uma perspectiva política, segundo Santos e Mesquida (2007), também há de se pensar na problematização que envolve as políticas neoliberais sobre a proclamação da autonomia dos sujeitos, visto que a EaD propõe uma construção da autonomia do aluno, logo o objetivo dessas políticas neoliberais é criar uma ideia de inclusão colocando o sujeito

como culpado de sua incapacidade quanto a aprendizagem e sua inserção no mercado de trabalho.

Com a disponibilização da EJA como EaD também é de se pressupor que esta medida afeta diretamente a qualidade da educação ofertada para a modalidade, pois são desconsideradas as especificidades da EJA e dos seus sujeitos, ainda há de se pensar que não há um modelo de EaD concreto, por exemplo, que dê conta das demais modalidades de ensino no Brasil. Outro problema que é necessário ressaltar também é a falta de alusão sobre a EJA no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devido a falta de alusão não evidencia-se as especificidades que se tornam indispensáveis para o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.

Com a pandemia de Covid-19 em 2020, o ensino público e privado foram suspensos, muitas escolas públicas não conseguiram dar o devido suporte por meio do uso das tecnologias devido a falta de estrutura, o ensino remoto para toda a educação no Brasil trouxe um verdadeiro desafio, logo pressupõe-se que a relação de ensino voltado para a EJA tornou-se bem mais difícil devido a tantos fatores, que vão desde o agravamento financeiro, o desemprego, falta de acesso a internet e a aparelhos eletrônicos, sem contar no sofrimento mental que acometeu a todos e por fim que inviabilizaram a EJA neste período e consequentemente evidenciou um problema bastante conhecido como a evasão, que existia antes mesmo da propagação da Covid-19. A evasão apresentava uma queda de 7,7% no número de matrículas de alunos na EJA segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Entretanto, no meio de tantas adversidades ficaram-se marcos importantes, como por exemplo, o estabelecimento da educação como um direito humano básico, para jovens e para adultos independente da idade através da Constituição de 1988 e a garantia de acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito pela LDB (Lei nº 9.394/1996 em seu artigo 4º). É importante frisar que além do acesso à escola, ambos, garantem aos sujeitos a aquisição de conhecimento comprometido com a emancipação, a LDB também substituiu a nomenclatura “Supletivo” por EJA.

Outra conquista da modalidade veio com o Parecer CNE Nº 11/2000 que buscando suprimir uma dívida com todos os sujeitos que não tiveram acesso à escola ou não puderam concluir o ensino, estabelece as Diretrizes Curriculares como um documento norteador para a

reflexão sobre o ensino na EJA. Já com o Parecer CNE/CEB N° 4/2010 instituíram-se as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Ressalta-se que estas conquistas são fruto de intensas mobilizações em prol de uma educação de qualidade, pois, em consonância com Freire (2000):

A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio. (FREIRE, 2000, p. 121).

É importante destacar a trajetória de lutas da EJA entre avanços e retrocessos, pois sempre foi tratada como modalidade secundária pelas políticas públicas e só encontra amparo junto aos movimentos populares e sociais, essa modalidade não pode ser vista limitadamente como apenas transmissora de conteúdo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve uma abordagem qualitativa e como objetivo geral analisar as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos desde a sua constituição e seus desdobramentos na atualidade, através da pesquisa bibliográfica e documental em que foram analisados documentos oficiais, artigos e entre outros.

Durante a construção deste trabalho, o primeiro passo a ser tomado foi o de realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema, identificando materiais semelhantes e relevantes. Foram analisados nove estudos que envolviam conceitos como evasão, assistência estudantil, formação docente e entre outros que estavam atrelados à discussão sobre a EJA no Brasil. Paralelamente, foram analisados os fatores teóricos e históricos no desenvolvimento da EJA no país, percorrendo de forma cronológica cada marco importante na constituição da modalidade. Diante de tudo o que foi exposto no presente trabalho, foi perceptível as tentativas em prol da erradicação do analfabetismo no Brasil, começando pela garantia do direito à educação a jovens e adultos na Constituição de 1988, a consolidação da EJA como modalidade com a LDB nº 9.394/96, tal como o desenvolvimento de inúmeras políticas voltadas para ela, ressalta-se aqui a normatização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e um fato importante e presente neste documento que estabelece o reconhecimento da diversidade cultural e sobre como os sujeitos são munidos de uma diversificada bagagem cultural. Ficou claro que alguns desafios precisam ser superados e outros que podem ser considerados como perdas notórias, desta forma foi possível identificar os efeitos negativos estabelecidos durante a estruturação da EJA diante de implicações político-educacionais, como por exemplo, a extinção da SECADI a qual dava visibilidade para os sujeitos negligenciados historicamente, excluídos dos processos educacionais, além de garantir o direito à educação respeitando suas especificidades. Outro ponto negativo foi a Resolução nº. 01/2021 de 25 maio de 2021, essa que negou um parecer da CNE/CEB que estabelecia a oferta de educação regular para jovens e adultos assegurando a modalidade e características adequadas às necessidades do sujeito da EJA garantindo a eles a permanência na escola.

É igualmente importante destacar o parágrafo único presente na Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021 que possibilita a abertura de oferta da EJA em até 80% da carga horária total

na sua modalidade EaD, mostrando assim, a falta de compromisso do atual governo com a modalidade. Pontua-se da mesma forma a transferência do Estado em relação às suas obrigações com a modalidade, em seu artigo 33 da mesma resolução, atribuindo elas à iniciativa privada. Mediante isto, a evasão é algo que permeia profundamente a EJA no país e a promoção de espaços formativos cada vez mais separados, isso remete a pensar sobre um possível aumento do abandono aos ambientes formais de educação no Brasil pelos educandos da Educação de Jovens e Adultos. Novamente é preciso enfatizar que a falta de compromisso do governo reflete diretamente na taxa de analfabetismo que não diminui, na queda do percentual de matrículas na EJA, bem como na capacidade de atingir as metas estabelecidas pelo PNE, sem falar nas reduções significativas de orçamento pela qual toda a educação no país vem sofrendo.

O estudo também mostrou a carência de relevância dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Jair Messias Bolsonaro (2019-atualmente) em empregar políticas públicas que atendam a EJA, uma educação democrática em prol da equidade e de acesso a todos os cidadãos, especialmente aos sujeitos adultos, jovens e trabalhadores que por algum motivo deixaram a escola ou a elas foram negadas. A EJA não pode continuar se desenvolvendo por políticas transitórias ou ações pontuais, ela precisa ser reconhecida como política planejada para o desenvolvimento humano, político e social, entendendo que a diversidade necessita ser compreendida como uma construção histórica, social, econômica e cultural, não deve ser vista apenas com função equalizadora, reparadora e qualificadora, mas sim ir além, proporcionando oportunidades aos discentes, respeitando seus saberes e criando uma redução de desigualdade existente. Sendo assim, por meio da identificação dos efeitos negativos durante a estruturação da EJA também foi possível responder a questão central deste Trabalho de Conclusão de Curso que indagava quais as perdas que a modalidade vem tendo ao longo da trajetória de sua política e os seus desdobramentos para a sua prática. Por fim, conclui-se que a trajetória da EJA foi e ainda é constituída por diversos desafios, logo há muito o que se fazer e pelo que lutar, pois todas as conquistas obtidas e apresentadas neste trabalho decorreram de contínuas lutas. Principalmente diante de situações que comprometem a democracia do país na atualidade, logo é fundamental frisar a participação popular para avançar nesta luta em busca de mudanças na atual democracia, assim como é importante lutar

pela manutenção e proteção à ciência, à saúde, à educação laica, pública de qualidade e à vida com dignidade.

## REFERÊNCIAS

- BEHAR, Patricia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. **Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 51.470, de 22 de Maio de 1962**. Diário Oficial da União, Seção 1, 22 mai. 1962, p. 5367. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51470-22-maio-1962-391117-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 26 ago. 2021.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694> Acesso em: 02 set. 2021
- BRASIL. **Parecer nº 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CNE/CEB, 2000.
- BRASIL. **Resolução nº 1, de 2 de Fevereiro de 2016**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2016, p. 23-24. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category\\_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 31 maio 2021.
- BRASIL. **Resolução nº 1, de 28 de Maio de 2021**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-28-de-maio-de-2021-323283442> Acesso em: 08 ago. 2021.
- DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Byj8LBb5ktqKfbcHBJKQjmR/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 02 out. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 31. ed. RJ: Paz e Terra, 2000.
- FONTELLA, Caren Rejane de Freitas; MACHADO, Maria Elisabete. A trajetória da Educação Popular (EP) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. **Anais do IX Seminário Nacional Diálogos com Paulo Freire: Utopia, Esperança e Humanização**. FACCAT, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GADOTTI, Moacir. Educação de Adultos como Direito Humano. **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, ano 2, n. 2. jul. 2013.

Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/viewFile/1004/pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2011

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, nº 14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 set. 2021

JAKIMIUI, Vanessa Campos de Lara. Extinção Da Secadi: A Negação Do Direito À Educação (Para E Com A Diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p.115-137, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> Acesso em: 02 out. 2021.

JULIÃO, E. F.; BEIRAL, H. J. V.; FERRARI, G. M. As políticas de educação de jovens e adultos na atualidade como desdobramento da constituição e da LDB. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – POIÉSIS**. Unisul, Tubarão, v.11, n. 19, p. 40 - 57, Jan/Jun, 2017.

KELLER, Lenir; BECKER, Elsbeth Léia Spode. A Trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **EJA EM DEBATE**. Florianópolis, Ano 9, n. 15, Jan-Jun, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2777> Acesso em: 02 out. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emilia de Castro. Educação de jovens e adultos: relação educação e trabalho. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/artigo\\_margarida\\_emilia.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/artigo_margarida_emilia.pdf). Acesso em: 22 ago. 2021

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india/vie](http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/vie) w . Acesso em: 16 maio 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002.

MOURA, Ana Paula Abreu; VENTURA, Jaqueline Pereira. A atualidade do pensamento de Paulo Freire para refletirmos sobre políticas públicas e práticas na Educação de Jovens e

Adultos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 332-350. maio/ago. 2018.

PEDROSO, Ana Paula Ferreira. **Trajetórias formativas de educadores da EJA: fios e desafios**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu Pereira. Revisitando a história da Educação Popular no Brasil: Em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, n.40, 2010, p. 72-89.

SANTIAGO, Rosemary Aparecida. A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e sua constituição como Política Pública. **Revista Expedições**. Morrinhos-GO, v. 9, n. 2, jun. 2018.

SANTOS, M. S.; MESQUIDA, P. **As matilhas de Hobbes: O modelo da pedagogia por competência**. São Paulo: Edumesp, 2007.

SOUZA, Thiana do Eirado Sena; GONÇALVES, Maria de Passos Brandão; JUNIOR, Adenilson S. Cunha. O processo histórico de consolidação da Educação de Jovens e Adultos: as políticas públicas voltadas para EJA e a luta dos movimentos sociais para a efetivação do direito à educação. **Anais do XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**. ANPAE, 2013.

SOUZA, Maciana de Freitas e. A extinção da SECADI e o campo da Educação na conjuntura atual. **Justificando**, 2019. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/> Acesso em: 14 out. 2021.

UNESCO. Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos e plano de ação para o futuro. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1997, Hamburgo. **Anais..** Hamburgo, Alemanha, 1997.

UNESCO. **Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos**. (V:1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: Agenda para o Futuro – Brasília, SESI/UNESCO, 1999.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de. Avanços E Retrocessos Nas Políticas De Educação Profissional De Jovens Trabalhadores Na Década De 2000: Projovem E Proeja. VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristovão - Se, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10182/30/29.pdf> Acesso em 01 out. 2021

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – TRABALHOS SELECIONADOS NA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

<b>Data de Acesso</b>	<b>Descritores</b>	<b>Filtros aplicados</b>	<b>Recorte de tempo</b>	<b>Total encontrados</b>	<b>Utilizados</b>	<b>Descartado</b>
16/04/2021	“educação de jovens e adultos” AND trajetória AND desafios	nenhum	2006 a 2020	41	1	40

<b>N.</b>	<b>Ano/ Tipo</b>	<b>Título</b>	<b>Autores / Instituição / Região/Estado</b>	<b>Foco do estudo</b>	<b>Referência</b>	<b>Link</b>	<b>Palavras chave</b>	<b>Resumo</b>
1	2015/ Tese de Doutorado	Trajetórias formativas de educadores da EJA: fios e desafios	PEDROSO, Ana Paula Ferreira./Universidade Federal de Minas Gerais/ Minas Gerais	a formação de educadores no campo da EJA, especialmente no contexto de uma escola pertencente à Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH).	PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Trajetórias formativas de educadores da EJA: fios e desafios. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.	<a href="http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A7GJ6">http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A7GJ6</a>	Educação de Jovens e Adultos; Formação Docente; Prática Pedagógica	A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como todo processo de escolarização, constitui-se uma modalidade educativa estruturada a partir da constatação acerca das especificidades de seus sujeitos. Nesse sentido, presume-se que o perfil do profissional que atua nessa modalidade deve

									<p>também ser diferenciado. Entretanto, estudos têm revelado que a grande maioria dos educadores dessa modalidade de ensino não possui uma formação específica. Em razão de tais constatações, esta pesquisa teve como objeto de estudo a formação de educadores no campo da EJA, especialmente no contexto de uma escola pertencente à Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH). De forma mais específica, respondeu-se aos seguintes questionamentos: Como se constitui a trajetória formativa dos educadores de jovens e adultos da referida escola; como se dá a inserção profissional dos educadores na EJA; em que medida a prática pedagógica contribuiu e/ou contribui para a formação como docente; quais as especificidades</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

									<p>do trabalho docente; quais os aspectos facilitadores e dificultadores, relativos à formação, para desenvolvimento do trabalho docente? Nessa perspectiva, no intuito de investigar os processos formativos dos educadores de jovens e adultos da referida escola, propôs-se, para a concretização deste estudo, a realização de uma pesquisa qualitativa, utilizando pesquisa documental, observação dos encontros voltados para a formação e entrevistas semi-estruturadas com os docentes. É importante ressaltar que, nesta investigação, além de captar os caminhos percorridos por esses docentes em seus processos formativos, também se ofereceram diretrizes que possam contribuir para o avanço das discussões acerca da problemática da</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

								formação docente na EJA.
--	--	--	--	--	--	--	--	--------------------------

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Data de Acesso	Descritores	Filtros aplicados	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartado
16/04/2021	“educação de jovens e adultos” OR eja AND trajetória AND desafios AND políticas	nenhum	2006 a 2020	20	2	18

N.	Ano/ Tipo	Título	Autores / Instituição / Região/Estado	Foco do estudo	Referência	Link	Palavras chave	Resumo
1	2015/ Dissertação	O PIONEIRISMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	SANTOS, Verônica Maria dos/ Universidade Metodista de São Paulo/ SP	localiza os diferentes aspectos na trajetória pioneira das políticas públicas municipais, em Diadema (SP), para a educação de jovens e	SANTOS, Verônica Maria dos. The pioneer history of municipal public policies, for the education of youth and adults (EJA), in Diadema SP: advanced and	<a href="http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1040">http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1040</a>	Alfabetização de Jovens e Adultos Diadema Educação de Adultos Grande ABC Políticas para	Esta pesquisa localiza os diferentes aspectos na trajetória pioneira das políticas públicas municipais, em Diadema (SP), para a educação de jovens e adultos (EJA), especificamente no programa para alfabetização. Atualiza

		EM DIADEMA/S P: AVANÇOS E DESAFIOS		adultos (EJA), especificamente no programa para alfabetização	challenge. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.		Alfabetizaç ão de Adultos História da Educação de Adultos Youth and Adult Literacy Diadema Adult Education Grande ABC Region Policies in Adult Literacy Adult Education History	as características do programa e aborda o - Relatório Final da Pesquisa Qualitativa Etnográfica Perfil do Aluno do Serviço de Educação de Jovens e Adultos -, conduzida entre 1993 e 1995, importante avaliação do serviço. Propõe uma atualização baseada em resultados apresentados naquela pesquisa, utilizando-os para confrontar o desenvolvimento das políticas de educação de jovens e adultos no município e nas mais recentes políticas na Região do ABCDMRR (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), no estado de São Paulo e no Brasil, para esse segmento populacional. Também procura reatualizar as mensurações e avaliações qualitativas angariadas naquela
--	--	--	--	---	---	--	---	---

								pesquisa para compor esta dissertação de mestrado.
2	2018/ Dissertação	Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande	VISQUETTI, Carminha Aparecida/ Universidade Federal de Goiás/ Goiás	investigar, compreender e analisar as causas do processo de permanência e de não permanência de sujeitos trabalhadores do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no Campus Várzea Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, na ótica dos sujeitos	VISQUETTI, Carminha Aparecida. Contribuições da política de assistência estudantil na permanência/não permanência dos educandos do Proeja do IFMT Campus Várzea Grande. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.	<a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8351">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8351</a>	Proeja Permanência/não permanência a Política de assistência estudantil Proeja Permanência/no permanência a Política de atención al estudiante	A pesquisa teve por objetivo investigar, compreender e analisar as causas do processo de permanência e de não permanência de sujeitos trabalhadores do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no Campus Várzea Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, na ótica dos sujeitos trabalhadores, tanto daqueles que permaneceram no curso quanto dos que se afastaram por algum motivo. A opção metodológica foi pela pesquisa qualitativa, estudo de caso, por meio de análise de documentos, entrevista semiestruturada e grupo

				trabalhadores, tanto daqueles que permaneceram no curso quanto dos que se afastaram por algum motivo				focal. Os referenciais mais utilizados foram, Freire (1987, 2000, 2006, 2011), Dore e Luscher (2011), Carmo (2016), entre outros. Foram identificados os seguintes aspectos que contribuem para a permanência dos educandos trabalhadores: as atividades práticas, viagens e visitas técnicas, por serem marcadas pelo aprendizado e pelo estreitamento do laço afetivo entre eles; a necessidade do professor considerar as especificidades, o nível e ritmo da aprendizagem dos estudantes trabalhadores da EJA, bem como as experiências de vida, rotinas diárias e conhecimentos prévios dos educandos; se perceber o adulto trabalhador como sujeito de conhecimento e aprendizagem; uso de metodologias de ensino correspondentes aos
--	--	--	--	--	--	--	--	---



								<p>compreender que o profissional deste setor tem como base ações com e nas múltiplas expressões da questão social – faz-se necessário ações intersetoriais e multidisciplinares; e que não se restringe ao segmento estudantil nem a abordagens individuais, pois inclui ações com as famílias, os docentes, os profissionais da educação, as instituições públicas e privadas e os profissionais da rede –; além de realizar diagnóstico dos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que possam refletir de forma direta/indireta na relação estudantefamília-escola; bem como intervir na perspectiva de emancipação dos sujeitos. Portanto, consideramos fundamental: a participação democrática dos</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	---

								<p>sujeitos para a efetivação do Proeja; considerar a educação como direito; a necessidade de rever o tipo de escola e curso que está sendo ofertado no Proeja; a necessidade de reforço da Política de Assistência Estudantil, a fim de favorecer condições de permanência dos educandos; o compromisso institucional na efetivação da política do Proeja.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	---

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

<b>Data de Acesso</b>	<b>Descritores</b>	<b>Filtros aplicados</b>	<b>Recorte de tempo</b>	<b>Total encontrados</b>	<b>Utilizados</b>	<b>Descartado</b>
16/04/	“educação de jovens e adultos” OR eaja	nenhum	2013	1	0	1

2021	AND trajetória OR história AND desafios					
------	---	--	--	--	--	--

## Scientific Electronic Library Online SCIELO

Data de Acesso	Descritores	Filtros aplicados	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartado
16/04/2021	( trajetória ) AND (desafios) AND (eja)	Coleções: <b>Brasil</b> Idioma: <b>Português</b> SciELO Áreas Temáticas: <b>Ciências Humanas</b>	2000 a 2018	1	0	1

## Scientific Electronic Library Online SCIELO

Data de Acesso	Descritores	Filtros aplicados	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartado
16/04/2021	(educação) AND (jovens) AND (adultos) AND (desafios)	Coleções: <b>Brasil</b> Idioma: <b>Português</b> SciELO Áreas Temáticas: <b>Ciências Humanas</b> Áreas	2000 a 2018	15	0	15

		Temáticas: <b>Education</b> WoS Áreas Temáticas: <b>Educational</b>				
--	--	--	--	--	--	--

Scientific Electronic Library Online SCIELO

<b>Data de Acesso</b>	<b>Descritores</b>	<b>Filtros aplicados</b>	<b>Recorte de tempo</b>	<b>Total encontrados</b>	<b>Utilizados</b>	<b>Descartado</b>
16/04/2021	(educação) AND (jovens) AND (adultos) AND (trajetórias)	Coleções: <b>Brasil</b> ; SciELO Áreas Temáticas: <b>Ciências Humanas</b> ; WoS Áreas Temáticas: <b>Education</b>	2003 a 2018	8	0	8

Scientific Electronic Library Online SCIELO

Data de Acesso	Descritores	Filtros aplicados	Recorte de tempo	Total encontrados	Utilizados	Descartado
16/04/2021	(educação) AND (jovens) AND (adultos) AND (políticas) AND (públicas)	Coleções: <b>Brasil</b> ; Idioma: <b>Português</b> ; SciELO Áreas Temáticas: <b>Ciências Humanas</b> ; WoS Áreas Temáticas: <b>Education</b> WoS Áreas Temáticas: <b>Educational</b>	2000 a 2021	26	6	20

N.	Ano/ Tipo	Título	Autores / Instituição / Região/Estado	Foco do estudo	Referência	Link	Palavras chave	Resumo
1	2013/ Artigo	Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação	MORAES, Carmen Sylvia Vidiga/Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo (SP)	analisar, em perspectiva histórica, as políticas públicas de educação destinadas a jovens e adultos trabalhadores, a partir dos primeiros governos republicanos até a atualidade, problematizando as relações entre mudança social e	MORAES, Carmen Sylvia. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-24782000002">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1413-24782000002</a>	Educação de jovens e adultos. Educação profissional. Ensino médio. Educação integrada	No âmbito da temática definida para o debate e em consonância com a abordagem desenvolvida pela palestra proferida pela autora deste artigo – <i>Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação</i> – propõe-se analisar, em perspectiva histórica, as

				mudanças educacionais, a presença ou ausência dos trabalhadores nesse processo, bem como as concepções de trabalho e de educação, e a de sua relação, ordenadoras das políticas em seus diferentes momentos e conjunturas sociais..	Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.	00007 &lang =pt	Mudança social e mudança educacional.	políticas públicas de educação destinadas a jovens e adultos trabalhadores, a partir dos primeiros governos republicanos até a atualidade, problematizando as relações entre mudança social e mudanças educacionais, a presença ou ausência dos trabalhadores nesse processo, bem como as concepções de trabalho e de educação, e a de sua relação, ordenadoras das políticas em seus diferentes momentos e conjunturas sociais..
2	2010/Ensaio	Trajatória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas	FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares/Universidade Federal de Goiás (UFG)/Goiás	abordagem histórica da Escolarização de Jovens e Adultos e sua trajetória na história da educação no Brasil.	FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-40362010000200011&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0104-40362010000200011&amp;lang=pt</a>	Escolarização de Jovens e Adultos. Público de EJA. Políticas públicas. Propostas pedagógicas	Este artigo traz uma abordagem histórica da Escolarização de Jovens e Adultos e sua trajetória na história da educação no Brasil. Caracteriza-se por uma análise documental sobre o movimento desta modalidade de ensino e as políticas públicas que a regem. Fazemos um paralelo com a evolução histórica, formação de professores, mercado de trabalho no Brasil, utilizando fontes primárias e secundárias de pesquisa, compreendendo o

					Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Goiás: Universidade Federal de Goiás (UFG), 2010.			período de 1973 até 2007. Constatamos que a literatura especializada, em geral, descreve acontecimentos cronológicos de iniciativas pontuais na tentativa de solucionar os problemas decorrentes do analfabetismo e falta de qualificação da mão de obra necessária ao modo de produção vigente em cada época, como iniciativas em relação às políticas públicas. No que diz respeito à relação com as propostas pedagógicas para esta modalidade de ensino, com base na análise de documentos legais, diretrizes e programas para o contexto educacional brasileiro, estas se caracterizam por uma educação compensatória, supletiva e emergencial.
3	2007/ Artigo	Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção	RUMMERT, Sonia Maria ; VENTURA, Jaqueline Pereira/ Universidade Federal Fluminense	evidenciar que os atuais programas para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) representam	RUMMERT, Sonia Maria ; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&amp;pi">https://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&amp;pi</a>	educação de jovens e adultos; políticas educacionais; trabalho	A problemática relativa à Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito do Estado brasileiro, tem se tornado significativamente mais complexa na última década. Tal complexidade deriva dos processos de correlação de forças

		<p>ção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola</p>	<p>(UFF)/ Rio de Janeiro</p>	<p>rearranjos da mesma lógica que sempre presidiu as políticas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a qual consiste em atender às necessidades de sociabilidade do próprio capital</p>	<p>educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007.</p>	<p>d=S0104-40602007000100004&amp;lang=pt</p>	<p>e educação</p>	<p>emergentes na atual fase de expansão e consolidação do capital, entre os quais se destaca a implantação de políticas neoliberais que deu origem, por exemplo, à reforma do Estado e às estratégias de reestruturação produtiva. No presente artigo, pretendemos evidenciar que os atuais programas para a Educação de Jovens e Adultos trabalhadores desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) representam rearranjos da mesma lógica que sempre presidiu as políticas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a qual consiste em atender às necessidades de sociabilidade do próprio capital. Desta forma, as políticas educativas com caráter compensatório e aligeirado reiteram, a partir de reordenamentos econômicos dos quais derivam o desemprego estrutural e novas formulações ideológicas centradas no empreendedorismo e na empregabilidade, a subalternidade das propostas</p>
--	--	--	------------------------------	--	--	--	-------------------	---

								de educação para a classe trabalhadora. Neste texto serão abordados os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola no conjunto das políticas de governo para a educação, procurando-se evidenciar o quanto esse tipo de política reafirma o caráter seletivo e excludente do sistema público educacional no Brasil.
4	2005/ Artigo	Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil	PIERRO, Maria Clara Di/ Universidade de São Paulo (USP)/ São Paulo	identificar temas e processos emergentes do campo das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.	PIERRO, Maria Clara Di. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2007.	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-73302005000300018&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-73302005000300018&amp;lang=pt</a>	Políticas educacionais. Educação de jovens e adultos. Movimentos sociais e educação	O artigo visa identificar temas e processos emergentes do campo das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Aborda inicialmente o processo de redefinição da identidade da educação de jovens e adultos desencadeado pelo reconhecimento da diversidade sociocultural dos educandos, bem como pelo embate entre o paradigma compensatório e a concepção de educação continuada ao longo da vida. Trata, a seguir, dos desafios e impasses das políticas públicas para superar a posição marginal ocupada pela educação de jovens e

								adultos na reforma educacional da segunda metade da década de 1990. Ao final, sugere que os principais desafios a serem respondidos pelas políticas públicas no presente são os que emergem da agenda de diálogo e conflito entre os movimentos em prol da educação de jovens e adultos e os governos, tais como a articulação entre alfabetização e escolarização, as estratégias de financiamento público e colaboração entre as instâncias de governo, bem como a formação e profissionalização dos educadores.
5	2001/ Artigo	Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos	PIERRO, Maria Clara Di/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ São Paulo	situa a Educação Básica de Jovens e Adultos no interior da reforma do ensino implementada no Brasil ao longo da década de 1990, analisando como as diretrizes de descentralização da gestão e do financiamento, a focalização dos programas e	PIERRO, Maria Clara Di. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=artext&amp;pid=S1517-97022001000200009">https://www.scielo.br/scielo.php?script=artext&amp;pid=S1517-97022001000200009</a>	Educação de jovens e adultos – Políticas educacionais – Programas de alfabetização – Parcerias	O artigo situa a Educação Básica de Jovens e Adultos no interior da reforma do ensino implementada no Brasil ao longo da década de 1990, analisando como as diretrizes de descentralização da gestão e do financiamento, a focalização dos programas e beneficiários, bem como a desregulamentação e privatização seletiva dos

				<p>beneficiários, bem como a desregulamentação e privatização seletiva dos serviços se concretizam nesse campo educativo</p>	<p>de jovens e adultos. São Paulo: Pontificia Universidade de Católica de São Paulo, 2001.</p>	<p>&amp;lang=pt</p>	<p>serviços se concretizam nesse campo educativo. Avalia que a reforma educacional foi condicionada pelas metas do ajuste fiscal, o que acabou por redefinir o papel do Estado no financiamento e oferta dos serviços de ensino, levando a um deslocamento da fronteira entre as responsabilidades públicas e privadas na promoção da educação de pessoas jovens e adultas. Destacam-se as tendências à proliferação de provedores e à multiplicação de programas de educação de jovens e adultos implementados em parceria entre agentes governamentais e não-governamentais. Essas práticas inspiram-se em diferentes significados atribuídos aos conceitos de <i>parceria</i> e de <i>serviço público não-estatal</i>, que comportam tanto uma visão econômico-instrumental quanto uma perspectiva de democratização da esfera pública. Considerando essas diferentes significações e</p>
--	--	--	--	--	--	---------------------	--

								estratégias de concretização, o artigo analisa como o conceito de <i>parceria</i> vem sendo operacionalizado em três iniciativas federais de educação de jovens e adultos – o Programa Alfabetização Solidária, o Programa de Educação na Reforma Agrária e o Plano Nacional de Formação e Qualificação Profissional.
6	2000/ Artigo	Escolarização de jovens e adultos	HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di./ Pontificia Universidade Católica de São Paulo e Organização não-governamental Ação Educativa respectivamente/ Rio de Janeiro	aborda os processos sistemáticos e organizados de formação geral de pessoas jovens e adultas no Brasil sob a ótica das políticas públicas	HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de jovens e adultos. Rev. Bras. Educ. no.14 Rio de Janeiro May/Aug. 2000	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&amp;pid=S1413-247820000007&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&amp;pid=S1413-247820000007&amp;lang=pt</a>		O artigo aborda os processos sistemáticos e organizados de formação geral de pessoas jovens e adultas no Brasil sob a ótica das políticas públicas. Oferece uma visão panorâmica do tema ao longo dos quinhentos anos de história brasileira, dedicando especial atenção à segunda metade do século XX, em que o pensamento pedagógico e as políticas de educação escolar de jovens e adultos adquiriram identidade e feições próprias. Analisa o sentido político que a ditadura militar conferiu à alfabetização de adultos e ao ensino supletivo nos anos 70, as diversas

									configurações assumidas pelas políticas públicas de educação escolar de jovens e adultos ao longo do processo de redemocratização dos anos 80, assim como a posição marginal conferida a essa modalidade de ensino pela reforma educacional dos anos 90. O ensaio indica como desafios a redefinição dos papéis do poder público e da sociedade na democratização de oportunidades de alfabetização, escolarização básica e educação continuada para que possam responder às crescentes necessidades formativas da juventude e das pessoas adultas no Brasil contemporâneo.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---